

Difusão, convergência e tradução nas políticas de compras públicas da agricultura familiar no âmbito da REAF Mercosul

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) na difusão de políticas públicas no âmbito do Mercosul com o foco nos instrumentos de compras públicas de alimentos da agricultura familiar entre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

METODOLOGIA

Envolveu pesquisa documental (Leis e documentos governamentais) e revisão bibliográfica sobre as noções de difusão, transferência de política pública, agricultura familiar e compras públicas nos países selecionados.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

- 1ª vez em pauta na REAF, XIII Sessão Regional em 2010;
- Declaração dos Ministros dos Estados Partes do Mercosul sobre Compras e Aquisições Públicas de Alimentos da Agricultura Familiar”, na XIV REAF em 2010, e também, “Seminário sobre Aquisição Pública de Alimentos da Agricultura Familiar”;
- Os Ministérios brasileiros (MDS e MDA) elaboram “Intercâmbio de Experiência sobre Modelos de Gestão da Política de Compras Públicas da Agricultura Familiar”. Realizado em quatro módulos entre 2010 e 2013;
- XX REAF- “II Programa de Intercâmbio de Experiência sobre Modelos de Gestão de Políticas de Compras Públicas da REAF”;
- XXI REAF 2014 declaração “Políticas Públicas de Abastecimento e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar”.

Brasil

- PAA criado em 2003;
- Mudanças na Lei nº 11.947/2009 alteraram o funcionamento do PNAE;
- Em 2015, Decreto nº. 8.473 que estabelece a obrigatoriedade de aquisição em compras públicas da AF.

Chile

- Recente iniciativa (JUNAEB) de aumento na porcentagem exigida do programa de alimentação escolar que devem ser fornecidos pela agricultura local e familiar.

Uruguai:

- Em 2014: Lei nº 19.292: declara de interesse geral e se estabelece um mecanismo de reserva de mercado estatal de bens e serviços alimentícios

Argentina

- Decreto 1.023/2001
- Em 2010 foi criado o Monotributo Social Agropecuário (MSA), o qual não possui custo para a agricultura familiar;
- Lei de Reparação Histórica da Agricultura Familiar em 2014 (Lei nº 27.118).

Paraguai

- Decreto n. 1.056 de 2013: “Processo Simplificado para Aquisição de Produtos Agropecuários da Agricultura Familiar”;
- Decreto 1056/2013 substituído pelo Decreto 3000,
- Mesa Técnica Interinstitucional de Compras Públicas da Agricultura Familiar”;
- Lei n. 5.210/2012 inclui a priorização da aquisição de alimentos da Agricultura Familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À exceção do Brasil, todos os demais países analisados não possuíam experiências de compras públicas da agricultura familiar antes da participação na REAF. Os instrumentos de políticas públicas foram institucionalizados de forma diferenciada em cada país, o que demonstra um processo de tradução das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- NIEDERLE, Paulo (2015) A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF): uma década de diálogos políticos para o desenho, formulação e implementação de políticas públicas. FAO/REAF.
- MARIN, Pedro L. (2011) Mercosul e a disseminação internacional de políticas públicas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 16, n. 58, p. 7-22
- CALDAS, Eduardo L.; ÁVILA, Mário L. (2017) Compras públicas e alimentação escolar no Paraguai: a disseminação da experiência brasileira e a adaptação do modelo. 9º Congresso da ALACIP. Montivedeo: ALACIP.